



## “VIADO, TRAVESTI E SAPATÃO VÃO FAZER DES/ORDENAÇÃO”: REFLEXÕES SOBRE MINISTÉRIOS ORDENÁVEIS E POSSIBILIDADES *QUEER*

“Faggot, transvestite and dyke are going to make dis/ordination”:

Reflections on ordainable ministries and *queer* possibilities

André S. Musskopf\*

**Resumo:** O artigo discute como a ordenação de pessoas LGBTQIAP+ ao Ministério na Igreja pode provocar rupturas e transformações na compreensão e prática do ministério ordenado. Parte do relato da ordenação de uma mulher trans, uma mulher lésbica e um homem gay em diferentes denominações como forma de “des/ordenar” os padrões cisheteropatriarcais estabelecidos na maioria das igrejas. A partir das reflexões de Judith Butler sobre “vida precária”, pergunta pelos pressupostos que determinam o que torna algumas pessoas e seus ministérios “ordenáveis” e outras não, tanto em relação à formulação e desenvolvimento históricos quanto em relação aos ordenamentos atuais. Por fim, reflete sobre as potencialidades e os limites que a “des/ordenação” provocada pela ordenação de pessoas LGBTQIAP+ ensejam, apontando para possibilidades apresentadas pelas teologias *queer*.

**Palavras-chave:** Ordenação. Ministério Ordenado. LGBTQIAP+. Queer. Vida precária.

**Abstract:** The article discusses how the ordination of LGBTQIAP+ to the Ministry in the Church can cause ruptures and transformation in the understanding and practice of the ordained ministry. It starts with the presentation of the ordination of a trans woman, a lesbian woman and a gay man in different denominations as form of “dis/ordering” the cisheteropatriarcial patterns established in most churches. From the reflections of Judith Butler about “precarious life” it asks about the presuppositions that determine what makes some people and their ministries “ordainable” and others not, both in relation to the historical formulation and development and in relation to current orderings. At last, it reflects about the potentialities and the limits that the “dis/ordination” caused by the ordination of LGBTQIAP+ enable, pointing to the possibilities presented by *queer* theologies.

**Keywords:** Ordination. Ordained Ministry. LGBTQIAP+. Queer. Precarious life.

\* Doutor em Teologia. Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. Integrante do Grupo de Pesquisa Religião, Educação e Gênero – REDUGE. E-mail: asmusskopf@hotmail.com

## Introdução

Em todas as religiões os grupos que as conformam reconhecem papéis e funções diferenciadas. Assim como em cada grupo social, o objetivo dessa diferenciação, em princípio, é a satisfação das necessidades individuais e coletivas e a realização daquilo a que se propõe, segundo suas crenças e valores. Além disso, idealmente, essa diferenciação obedece tanto às habilidades desenvolvidas por cada indivíduo por seus interesses quanto àquelas desenvolvidas em virtude de eventuais lacunas e demandas percebidas coletivamente. O papel de liderança, independentemente de como ele é entendido, geralmente acaba tendo um valor simbólico importante para a coesão do grupo, sua forma de se apresentar diante de outros grupos e seu funcionamento de modo geral.

No caso de lideranças religiosas em particular, esse valor simbólico pode estar diretamente relacionado a algum tipo de relação especial com o sagrado que está na base de qualquer experiência religiosa e das tradições que se constituem a partir dela<sup>1</sup>. Mesmo uma leitura racionalista e com intenções igualitárias da teologia e tradição luterana sobre Ministério<sup>2</sup>, por exemplo, não poderia negligenciar o fato de que a forma como ministras e ministros entendem a si mesmas e a si mesmos ou como são vistas e vistos pelas pessoas que integram as comunidades frequentemente não responde à relação dialética entre o sacerdócio geral de toda pessoa crente e o ministério com ordenação<sup>3</sup>. Não fosse assim, o próprio Martim Lutero provavelmente teria tratado de forma diferente a questão da ordenação de mulheres, posição felizmente revista por muitas igrejas luteranas a partir da articulação dessas mesmas concepções por mulheres e teólogas feministas<sup>4</sup>.

Mas é justamente nesse ponto que as coisas se complicam. Assim como a diferenciação de papéis sociais e o estabelecimento de lideranças, também as relações de poder e interesses individuais e coletivos destoantes são parte de qualquer grupo humano, inclusive daqueles que se identificam como religiosos. O reconhecimento dos atributos necessários para determinada função, a forma de designação e os privilégios/exigências esperados ou concedidos para cada um deles –

---

<sup>1</sup> CROATTO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa**. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 41-79.

<sup>2</sup> “Ministério”, com inicial maiúscula, é aqui utilizado para referir-se de modo geral às diferentes funções e papéis desempenhados no âmbito das igrejas cristãs. Distintas compreensões ou funções e papéis específicos serão grafados com letra minúscula ou adjetivados.

<sup>3</sup> As concepções de “sacerdócio geral de toda pessoa crente” e sua relação com a concepção de “ministério ordenado” a partir das formulações de Martim Lutero têm ampla discussão na tradição teológica luterana e protestante de modo geral. Veja, por exemplo, MUSSKOPF, André S. **Talar rosa** – Homossexuais e o Ministério na Igreja. São Leopoldo: Oikos, 2005a. p. 150-163; e SCHUCHARDT, Ketlin Lais. **“Em comunhão com as vidas das mulheres”**: Histórias, gênero e teologias. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação, Faculdades EST, São Leopoldo, 2021. p. 61-66.

<sup>4</sup> Veja, por exemplo, DEIFELT, Wanda. Mulheres pregadoras: uma tradição da Igreja. **Theophilos: Revista de Teologia e Filosofia**, Canoas, v. 1, n. 2, p. 353-372, 2001.

incluindo a liderança – são frequentemente objeto de dissenso, conflito e, não raro, silenciamento de algumas e alguns em função de outras e outros. Para essa reflexão, serão considerados de que forma gênero e sexualidade – uma vez que intrinsecamente relacionados com questões de poder<sup>5</sup> – interferem em todos os âmbitos desse processo, particularmente no exercício de liderança.

Outra questão comum aos diferentes grupos sociais e aos religiosos em específico é o estabelecimento de determinados símbolos e ritos que expressam comunitariamente a designação e o acolhimento de determinada função<sup>6</sup>. O reconhecimento da investidura no papel de liderança no âmbito das igrejas cristãs, por exemplo, se dá através do que é conhecido como “ordenação” ou “consagração” e a função é o exercício de um ministério. Embora tanto o nome quanto o rito em si e a função na qual ele introduz aquela ou aquele que por ele passam seja compreendida de forma diversa em cada denominação, a sua realização demarca um lugar específico que essa pessoa ocupará na comunidade. O mesmo acontece com os atributos, as habilidades e a preparação para aceder a esse lugar, definidos a partir de determinadas compreensões que, também não raro, são objeto de disputas e conflitos.

Para compreender como tais questões se relacionam com gênero e sexualidade, na primeira parte do artigo são apresentadas três situações nas quais pessoas excluídas do exercício do ministério eclesiástico em igrejas cristãs foram ordenadas/consagradas. Trata-se da “ordenação” de Alexya Salvador, uma mulher trans, de Ana Ester Pádua Freire, uma mulher lésbica, ambas nas Igrejas da Comunidade Metropolitana (ICM), e a minha própria “consagração” numa Igreja Batista. Essas situações e a trajetória que levou até cada uma delas apontam para o fato de que questões de gênero e sexualidade têm sido usadas como forma de não-reconhecimento da cidadania religiosa de pessoas LGBTQIAP+ e o seu direito de acesso ao Ministério.

Usando a ideia de “vida precária”<sup>7</sup> segundo a qual há vidas que são vivíveis e mortes passíveis de luto – e outras não, na parte seguinte, discute-se o que seriam “ministérios ordenáveis” e como as situações narradas evidenciam formas de resistência e subversão a estruturas eclesiásticas e sociais excludentes, injustas e violentas. Por fim, ao compreender a própria “ordenação” como uma “des/ordenação” das estruturas, dos significados e das consequências práticas do ato e tudo que ele comporta, retoma-se a pergunta já feita muitas vezes sobre os limites e as potencialidades da luta pela inclusão no ministério ordenado nas igrejas cristãs. Seguindo a perspectiva das teologias queer e indecentes, discute-se em que medida a participação e a realização de tais atos instaura um outro campo de inteligibilidade, abrindo brechas para a

<sup>5</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

<sup>6</sup> GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem**. Trad. Bras. Mariano Ferreira. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

<sup>7</sup> BUTLER, Judith. **Vida precária** – El poder del duelo y la violencia. Trad. Fermín Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2009.

imaginação de formas de organização e vivência religiosa que rompam como o padrão colonial que marca o cristianismo latino-americano.

### Ocupando<sup>8</sup> a ordenação

No dia 26 de janeiro de 2020 Alexya Salvador, uma mulher trans, foi ordenada como Reverenda das Igrejas da Comunidade Metropolitana (ICM). A cerimônia, amplamente noticiada e reportada, aconteceu na Paróquia da Santíssima Trindade (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil) e contou com a participação de lideranças de várias tradições religiosas e denominações cristãs, bem como autoridades, ativistas e comunidade LGBTQIAP+ em geral. Nesse ato, Alexya se tornou a primeira “reverenda trans” na América Latina<sup>9</sup>. Alexya já atuava como diaconisa e, depois, como pastora da ICM desde 2011 e realizou a sua transição de gênero durante esse período.

Olívia Alves Barbosa, Renata Nagamine e Aramis Luis Silva apresentam brevemente a trajetória de Alexya até a ordenação a partir das palavras do Pastor Cristiano Valério, proferidas na cerimônia.

Segundo o pastor Cristiano Valério, Alexya nasceu em lar católico e aos 18 anos fundou a Comunidade Rainha da Paz em Mairiporã, cidade da região Metropolitana de São Paulo, para acolher pessoas em situação de rua. Ela deixou essa comunidade para ingressar no seminário Diocesano de Bragança Paulista, onde iniciou seus estudos teológicos. Entretanto, sua fé, sexualidade e identidade de gênero a levaram a abdicar de sua vocação. Trocando o sacerdócio pelo magistério, Alexya ingressou nos cursos de Letras e de Pedagogia. Em 2009, conheceu no metrô de São Paulo seu esposo, Roberto Salvador, fortuitamente. Vivendo à época como um homem gay, Alexya chega com seu companheiro à ICM de São Paulo em fevereiro de 2010. Em 2011, um mês após a decisão do Supremo Tribunal Federal reconhecendo as uniões homoafetivas como família para fins de direito, ela e Roberto aparecem entre os casais que oficializaram seu relacionamento na cerimônia coletiva de casamento realizada pela ICM no salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. [...] No mesmo ano do seu casamento, enquanto Alexya ainda se apresentava socialmente como Alex, ocorreu sua instalação diaconal na comunidade local e fez a sua transição de gênero. Segundo Cristiano Valério, a vida de Alexya foi, de lá para cá, completamente transformada. Sendo quem ela de fato era, nas palavras de Cristiano Valério, Alexya foi “experimentando sua nova vida em Deus”. Tornou-se a primeira mulher trans a adotar no Brasil e foi instalada pastora auxiliar leiga na ICM de São Paulo, onde exerceu seu ministério pastoral por dois anos antes de ser ordenada reverenda.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> A ideia de “ocupação” e sua relação com o lema do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST) é desenvolvido em MUSSKOPF, André S. **Via(da)gens teológicas** – Itinerários para uma teologia queer no Brasil. São Paulo: Fonte Editorial, 2012. p. 402-410.

<sup>9</sup> Veja reflexões sobre esse evento e outras questões relacionadas a Alexya Salvador em: MONTERO, Paula; SILVA, Aramis Luis; SALES, Lilian. Fazer religião em público: encenações religiosas e influência pública. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 24, n. 52, p. 131-164, set./dez. 2018; BARBOSA, Olívia Alves; NAGAMINE, Renata; SILVA, Aramis Luis. Uma trajetória imagética: a construção de uma Pastora Trans. **Ponto Urbe**, [Online], n. 29, 27 dez. 2021.

<sup>10</sup> BARBOSA; NAGAMINE; SILVA, 2021, p. 7-9.

Foto 1: Alexya Salvador.



**Fonte:** FÉLIX, Franklin. Pastora trans no altar não é pecado. É divindade e sopro de fé. **Portal Geledés**, 23 jan. 2020. [Foto de Wanezza Soares]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pastora-trans-no-altar-nao-e-pecado-e-divindade-e-sopro-de-fe/>. Acesso em: 28 nov. 2022.

Algumas semanas depois, no dia 09 de fevereiro, Ana Ester Pádua Freire, uma mulher lésbica, foi ordenada na mesma Igreja, na cidade de Belo Horizonte. A cerimônia foi realizada na Fraternidade Kayman, um centro religioso que une Umbanda e Santo Daime<sup>11</sup>, e contou com a participação de lideranças religiosas de várias tradições e denominações cristãs, amigas, amigos e familiares. Alguns meses antes, Ana Ester havia sido aprovada na sua defesa de Tese de Doutorado, com pesquisa realizada na Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC-Minas) sobre a ICM Belo Horizonte<sup>12</sup>. Assim, além de “reverenda sapatão” (como ela mesmo se designa em vários espaços), recebeu, também, o título de doutora e é uma das principais referências em teologia queer e feminista no Brasil.

Em uma entrevista ao Canal TV 247, no Programa Paz e Bem, veiculada em 5 de julho de 2020, alguns meses após sua ordenação, a própria Ana Ester fala de sua trajetória até chegar às Igrejas da Comunidade Metropolitana, aqui apresentada resumidamente.

*Eu venho da tradição católica [...] mas minha família não tinha muita tradição religiosa. Eu me converti à igreja evangélica aos 18 anos de idade por meio de um grupo de missionários norte americanos também que visitaram Belo Horizonte e estavam fazendo um trabalho com universitários. Até os meus 18 anos, que foi esse momento da conversão, eu tinha tido algumas experiências religiosas, visitado alguns espaços, minha mãe teve uma passagem muito bonita no Kardecismo, então a gente tinha o culto no lar, mas depois isso foi acabando. [...] Eu fiquei*

<sup>11</sup> Sobre a Fraternidade Kayman veja CAMARGOS, Daniel. Confira a entrevista com o fundador da Fraternidade Kayman, no Bairro Ipiranga. **Estado de Minas Gerais**, 28 jun. 2015. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/06/28/interna\\_gerais,662640/confira-a-entrevista-com-o-fundador-da-fraternidade-kayman-no-bairro.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/06/28/interna_gerais,662640/confira-a-entrevista-com-o-fundador-da-fraternidade-kayman-no-bairro.shtml). Acesso em: 20 out. 2022.

<sup>12</sup> FREIRE, Ana Ester Pádua. **Armários queimados** – igreja afirmativa das diferenças e subversão da precariedade. 2019. 298 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.



*mais ou menos uns dois anos com esse grupo e aí eu falo que eu passei por uma outra conversão [...]. Eu fui para uma igreja neopentecostal. Eu tive a passagem pela igreja neopentecostal por uns 5 anos e aí foi bem difícil. [...] Eu cheguei me confessando homossexual. Eu já me sabia lésbica. [...] Eu estava com 20 anos, no meio do curso de jornalismo [...]. E tinha um evento que acontecia nesse grupo que se chamava 'encontro' [...]. E aí fizeram batalha espiritual para me curar [...] e nesse processo eu passei a me assumir como uma ex-lésbica [...] que tinha optado em me manter em santidade [...] E nessa minha passagem por esse discurso de ex-homossexual, ex-lésbica, chega num limite e nesse limite eu comecei a me envolver com mulheres de novo e a igreja não aceitou e eu saí da igreja e eu fiquei fora da igreja durante quase 10 anos. Mas com muita saudade, era uma coisa que eu tinha saudade inclusive daquele espaço e que é tão violento. [...] Aí eu me envolvi num relacionamento mais sério e me casei (sem ser oficialmente) com uma mulher e a gente viveu juntas durante 6 anos. [...] Quando a gente terminou [...] eu falei 'eu preciso voltar pra igreja' e eu falei 'eu tô disposta a largar de novo pra poder voltar pra igreja'. [...] Tentei voltar pra igreja, nessa época minha irmã estava numa igreja evangélica, mas [...] aí eu falei 'não vai dar pra mim, realmente não dá e eu preciso traçar um outro caminho'. [...] Aí eu falei 'ah, eu vou estudar. Quem sabe estudando eu descubra uma outra coisa'. E descobri. [...] Em 2011 eu comecei a minha segunda graduação [...] Dentro da faculdade [...] eu descobri a teologia da libertação, eu descobri o feminismo [...]. Então eu me apaixonei pela teologia. Mas, mesmo assim, durante os meus 3 anos de curso, eu não consegui achar uma igreja, eu não consegui experimentar uma igreja. [...] Formei e fui pra igreja. Pra que igreja que eu fui? Aquela que negou a minha sexualidade. [...] Lá eu estive por uns 6 meses mais ou menos e aí rompemos de vez. Eu fui realmente expulsa da igreja, definitivamente, sem direito a retorno. [...] Quando eu terminei na Faculdade Metodista, alguns de nós fomos convidados a ministrar minicursos e eu fui convidada para ministrar um curso sobre Teologia Feminista. E nesse minicurso conheci um grupo de pessoas que eram membros da Igreja da Comunidade Metropolitana e vieram com o maior carinho [...] e me convidaram pra pregar na igreja deles. E eu falei 'eu não tô nem indo na igreja agora fui convidada pra pregar'... e aí apaixonei e a gente criou um laço e eu tô lá há 5 anos já [...].<sup>13</sup>*

**Foto 2:** Ana Ester Pádua Freire.



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

<sup>13</sup> FREIRE, Ana Ester Pádua. Ana Ester: uma reverenda lésbica defende a religiosidade aberta às sexualidades. **Youtube**, 5 jul. 2020. Publicado pelo canal TV 247, 1 vídeo (1h17min35s). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=IN\\_LOZHbLqs](https://www.youtube.com/watch?v=IN_LOZHbLqs). Acesso em: 18 out. 2022.

No dia 9 de julho de 2022, eu mesmo fui consagrado como pastor na Igreja Batista Nazareth (IBN), em Salvador/BA. A ordenação/consagração, nesse caso, veio depois de 20 anos de ter tido o acesso ao ministério ordenado negado na minha igreja de origem, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)<sup>14</sup>. Na semana que antecedeu a consagração, diversas organizações e grupos emitiram e circularam notas de felicitação nas redes sociais<sup>15</sup>. Em entrevista ao CONIC, compartilhei algumas questões envolvidas no processo que levaram a minha consagração ao Ministério Pastoral como um homem gay.

Há mais de 20 anos eu tive o acesso ao Ministério ordenado negado na minha igreja de origem. Ao longo desses anos, eu segui trabalhando com questões de diversidade sexual e de gênero na minha produção acadêmica, na minha militância política e no meu trabalho com grupos de base, muitos dos quais ligados a diversas denominações religiosas, além de acompanhar muitas pessoas individualmente. Em muitos desses espaços, as pessoas me reconheciam e se referiam a mim como 'pastor' e, diversas vezes, surgiu a questão de buscar a ordenação ou consagração em outra instituição. Por vários motivos isso nunca se deu e, em conversa recente com o pastor **Joel Zeferino**, da Igreja Batista Nazareth, e com amigas e amigos, entendemos que esse era o momento oportuno para fazê-lo. [...] Tanto para mim quanto para a IBN esse ato tem um caráter profundamente político ao expor a exclusão de pessoas LGBTQIAP+ em grande parte das igrejas cristãs e, ao mesmo tempo, reconhecer e afirmar essas pessoas como membros legítimos no exercício de sua cidadania religiosa. É uma demonstração de que é possível sermos Igreja que acolhe, inclui e afirma as pessoas em sua **diversidade como um compromisso ético** e político, que é parte de nossa fé. [...] Isso não anula nem elimina a minha formação e a minha trajetória dentro da Igreja Evangélica de Confissão Luterana. Em carta à Presidência dessa igreja eu informei do processo de consagração e afirmei que continuo vinculado, inclusive formalmente, a essa igreja como membro. [...] O fato de vários grupos de diferentes denominações e religiões participarem da minha consagração é uma expressão da superação desse denominacionalismo e a afirmação de que somos irmãos e irmãs não apenas na fé, mas como comunidade humana na Terra. Se as igrejas e religiões têm alguma contribuição para dar no atual contexto, esse estar e caminhar conjunto na prática eclesial cotidiana e na luta por justiça talvez seja a principal delas.<sup>16</sup> (grifos originais).

<sup>14</sup> O processo que culminou na não-ordenação está narrado em MUSSKOPF, André S. **Há vida depois da igreja** – Memórias indecentes de um (quase) pastor. Belo Horizonte: Editora Senso, 2022a.

<sup>15</sup> Entre elas: Inclusão Luterana, Rainbow Sangha Brasil, Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, Koinonia, Aliança de Batistas do Brasil, CEBI, Católicas pelo Direito de Decidir, Espíritas Plurais, Igreja Sueca, Teo Mulher, Coletivo Judaico LGBTQIA+, Centro Memorial "Martin Luther King", Evangélicas pela Igualdade de Gênero, Evangélicxs, Inclusivass.

<sup>16</sup> MUSSKOPF, André S. As diferenças denominacionais não devem nos separar. Entrevista com o pastor André Musskopf. **Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil**, Brasília, 12 jul. 2022b. [n.p.]. Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/conic/noticias/as-diferencas-denominacionais-nao-devem-nos-separar-entrevista-com-o-pastor-andre-musskopf>. Acesso em: 20 out. 2022.



**Foto 3:** André S. Musskopf.



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

Essas três pessoas não estão sozinhas na ocupação de ministérios religiosos em diferentes períodos históricos e denominações cristãs. Há muitas outras pessoas LGBTQIAP+ que foram ordenadas ou consagradas ao Ministério com ou sem o conhecimento das instituições e comunidades que as estavam ordenando. Ainda assim, essas histórias são pouco conhecidas, assim como as trajetórias percorridas por essas pessoas até chegarem a esse momento<sup>17</sup>. Nos três relatos, no entanto, há experiências de exclusão e violência e, em grande medida, uma ideia de fundo de que, ainda quando a ordenação acontece, há algo raro (*queer*) que causa surpresa e espanto. A ordenação tem cara de des/ordenação. Como se os ministérios desenvolvidos por essas pessoas não fossem “ordenáveis”.

### **Ministérios ordenáveis**

Não negamos que as pessoas homossexuais, que vivem a sua condição sem causar escândalo, podem realizar um trabalho abençoado na comunidade, ao colocarem a serviço do Evangelho os dons que Deus lhes deu. Mas constatamos também que, no momento atual da Igreja, não há condições de uma pessoa

---

<sup>17</sup> Veja histórias de vida apresentadas em MUSSKOPF, 2005a, p. 35-101.

homossexual praticante assumir o exercício público do ministério eclesiástico na IECLB.<sup>18</sup>

Assim termina o documento de uma página aprovado pelo Conselho dessa Igreja em 2001 e reiterado diversas vezes em cartas pastorais da Presidência da Igreja sempre que alguma polêmica emergiu ao longo dos anos. Há muitas questões que podem ser consideradas em relação ao documento como um todo e a esse trecho em particular<sup>19</sup>. Há, por exemplo, a afirmação de que “pessoas homossexuais [...] podem realizar um trabalho abençoado na comunidade” – a menos que isso cause escândalo, ainda que jamais seja dito o que exatamente poderia ser “causa de escândalo” (a homossexualidade em si ou algum outro tipo de ação ou comportamento – como assassinar alguém); há a afirmação de que esse posicionamento se refere ao “momento atual da Igreja”, o que pode sugerir que ele poderia mudar – mas não se diz em função do quê ou como isso poderia acontecer; há a utilização do nebuloso conceito de “homossexual praticante” – que jamais é explicado, ainda que se suspeite que foi importado de outro contexto e se refira a uma vida celibatária ou, como relata Ana Ester, “em santidade”.

Mesmo que esse posicionamento específico possa ser considerado “moderado” e até “positivo” em termos de afirmação da existência de pessoas homossexuais<sup>20</sup>, na prática ele impede o acesso de quem seja considerada ou se afirme como uma “pessoa homossexual praticante”. Cria, assim, uma zona de “vida precária” habitada por essas pessoas que, ainda que realizem “um trabalho abençoado na comunidade”, estão excluídas daquilo que pode ser chamado de “ministérios ordenáveis”.

Judith Butler, ao fazer a discussão sobre a ideia de “vida precária”, fala de “esquemas normativos de inteligibilidade que estabelecem o que vai ser e o que não vai ser humano, o que é uma vida vivível e uma morte passível de luto”<sup>21</sup>. Segundo ela:

Estes esquemas normativos funcionam não somente produzindo ideais que distinguem entre quem é mais ou menos humano. Às vezes, produzem imagens do que é menos que humano sob o aspecto do humano para mostrar o modo como o

<sup>18</sup> IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. Ministério Eclesiástico e Homossexualidade – 2001. Posicionamento do Conselho da Igreja. **Portal Luteranos**, Porto Alegre, 11 ago. 2001. [n.p.]. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/textos/ministerio-eclasiastico-e-homossexualidade-2001>. Acesso em: 19 out. 2022.

<sup>19</sup> Ver SENER, Daniela. **Conflito de direitos: o discurso religioso e o projeto de lei da Câmara nº 122 de 2006 – perspectivas teológicas para o diálogo e ação pública na luta pela criminalização da homofobia**. 2014. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2014; também MUSSKOPF, 2005, p. 167-177; e MUSSKOPF, André S. Ministério e ordenação: implicações éticas do “Posicionamento do Conselho da Igreja referente ao ministério eclesiástico e homossexualidade” da IECLB. In: WACHHOLZ, Wilhelm (coord.). **Identidade evangélico-luterana e ética**. São Leopoldo: EST, 2005b. p. 192-203.

<sup>20</sup> A maioria dos documentos relacionados a questões de diversidade sexual e de gênero ainda utiliza a categoria “homossexualidade” sem muita distinção. Por isso, para essa reflexão, toda vez que é feita referência à “homossexuais”, estende-se essa compreensão a pessoas LGBTQIAP+, a menos que indicado de outro modo.

<sup>21</sup> BUTLER, 2009, p. 183.

inhumano se oculta, ameaçando enganar a todos aqueles e todas aquelas que sejam capazes de crer que ali, nessa cara, há outro humano. Mas às vezes, este esquema normativo funciona precisamente subtraindo toda imagem, todo nome, toda narrativa, de modo que nunca houve ali uma vida e nunca houve ali uma morte.<sup>22</sup>

As situações mencionadas acima em relação às ordenações de pessoas LGBTQIAP+ podem ser analisadas a partir dessas noções. Nesse caso, os regulamentos oficiais e as normas tácitas de acesso ao ministério eclesiástico, ainda quando reconhecem a existência das pessoas LGBTQIAP+, criam a imagem do “inhumano” (no documento mencionado acima na figura do “homossexual praticante”, por exemplo), aquele ou aquela que não cumpre com aquilo que tornaria alguém um ministro ou uma ministra “ordenável”<sup>23</sup>. Suas vidas não são vidas vivíveis no âmbito do Ministério e sua não-ordenação não é passível de luto. Ou, ainda, o tratamento da ordenação de pessoas LGBTQIAP+ como algo raro e estranho (*queer*), reforça a ameaça que tais ordenações representam ao fazerem crer que ali está outro humano/ministra ordenada ou ministro ordenado, potencialmente igual a quem verdadeiramente cumpre as exigências para que seu ministério seja ordenável.

Seguindo a descrição de Butler sobre os esquemas de inteligibilidade, não é incomum o apagamento das experiências de pessoas LGBTQIAP+ ordenadas ao ministério eclesiástico em algum contexto ou mesmo o seu desejo e a sua busca pela ordenação<sup>24</sup>. Através da subtração de “toda imagem, todo nome, toda narrativa” cria-se a (falsa) ideia de que, de fato, não haveria pessoas LGBTQIAP+ que se sentem chamadas ao Ministério e desejam exercê-lo dentro das instituições religiosas a que pertencem. Não é incomum a ideia de que diversidade sexual e de gênero e experiências religiosas cristãs seriam mutuamente excludentes<sup>25</sup>. Tal ideia se baseia em um esquema de inteligibilidade fundado na cisheteronorma, refletindo a noção de que mesmo em casos de pessoas LGBTQIAP+ que desejam acessar e exercer o ministério ordenado, “nunca houve ali uma vida e nunca houve ali uma morte”<sup>26</sup>.

É certo que os “esquemas normativos de inteligibilidade” são criados pelas instituições religiosas que determinam os critérios para que alguém possa aceder à ordenação e ao exercício

<sup>22</sup> BUTLER, 2009, p. 183.

<sup>23</sup> Tal ideia também aparece na expressão comumente usada em muitos espaços cristãos de que “Deus ama o pecador, mas odeia o pecado”.

<sup>24</sup> Diversas trajetórias narradas em MUSSKOPF, 2005a, explicitam esse apagamento.

<sup>25</sup> Ver, por exemplo, título dado a entrevista em WOLFART, Graziela. Cristão e homossexual? Um desafio. **IHU On-Line**, Edição 253, 7 abr. 2008. Entrevista com André Musskopf. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/1680-andre-musskopf-4>. Acesso em: 20 out. 2022.

<sup>26</sup> O paralelo aqui é da não-ordenação como uma forma de morte. No entanto, é importante assinalar que, ainda que a não-ordenação de pessoas LGBTQIAP+ não implique necessariamente em sua morte em sentido explícito, essa mesma morte ronda a experiência dessas pessoas pelos altos índices de violência e assassinato contra pessoas LGBTQIAP+. Veja, por exemplo, BRANDALISE, Camila. 1ª reverenda trans da América Latina: “Ameaças de morte me rondam 24 horas”. **Universa UOL**, 24 jan. 2020. [n.p.]. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/01/24/1-reverenda-trans-da-america-latina-ameacas-de-morte-me-rondam-24-horas.htm>. Acesso em: 20 out. 2022.

do ministério eclesiástico<sup>27</sup>. No âmbito do cristianismo, embora seja necessário distinguir diferentes denominações, bem como suas configurações locais, há um processo de patriarcalização e hetero(sexualização) do Ministério que pode ser situado historicamente e segue sendo atualizado na maioria das igrejas<sup>28</sup>. Contrariando perspectivas e práticas entendidas como mais igualitárias nos cristianismos primitivos, as elaborações teológicas subseqüentes foram delineando o que veio a ser reconhecido como Sacramento de Ordem.

Desta forma as mulheres são excluídas do ministério sacramental, juntamente com todos os homens que não preenchem os requisitos do que se considera próprio da natureza masculina. Embora as definições dogmáticas sobre o Sacramento de Ordem não sejam tomadas até bem mais tarde, com o desenvolvimento de uma teologia e terminologia ainda mais articulada e solidificada, as construções teológicas dos 'Pais da Igreja' dos séc. II e III colocaram as bases para uma compreensão da ordenação por séculos dentro da Igreja Cristã.<sup>29</sup>

A Reforma Protestante teve como um dos seus eixos centrais a questão eclesiológica e os significados e conseqüências práticas de uma determinada compreensão do Ministério. Os questionamentos e as novas formas de concebê-lo produziram mudanças que continuam repercutindo nas igrejas que se localizam dentro desse campo do cristianismo, inclusive com o reconhecimento da ordenação de pessoas LGBTQIAP+ em algumas delas. Mas as marcas patriarcais e heterossexistas que excluíram principalmente as mulheres do ministério ordenado permaneceram, em grande medida, presentes.

Lutero não visa defender a opressão e a exploração das mulheres. Mas ao utilizar as noções aristotélicas de natureza acaba por perpetuar a hierarquia entre homens e mulheres, e outras que daí advém. Baseado no 'patriarcalismo do amor', ele acredita que estas estruturas não são opressivas, mas servem para a 'boa ordem' no culto e na Igreja Cristã.<sup>30</sup>

Mesmo com a conquista do direito à ordenação por parte das mulheres em muitas igrejas<sup>31</sup>, isso não significa, necessariamente, a superação do patriarcado e das noções sexistas e heterossexistas que seguem determinando quem é e quem não é ordenável ao Ministério, bem

---

<sup>27</sup> Veja, por exemplo, IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. Regulamento do Ingresso no Ministério com Ordenação da IECLB. **Portal Luteranos**, ©2022. Disponível em: [https://www.luteranos.com.br/conteudo\\_organizacao/governanca-suporte-normativo/regulamento-do-ingresso-no-ministerio-com-ordenacao-da-ieclb](https://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/governanca-suporte-normativo/regulamento-do-ingresso-no-ministerio-com-ordenacao-da-ieclb). Acesso em: 20 out. 2022.

<sup>28</sup> Sobre patriarcalização e (hetero)sexualização do ministério eclesiástico ver MUSSKOPF, 2005a, p. 123-132.

<sup>29</sup> MUSSKOPF, 2005a, p. 139.

<sup>30</sup> MUSSKOPF, 2005a, p. 159.

<sup>31</sup> Veja discussão sobre o processo de reconhecimento da ordenação de mulheres na IECLB em FREIBERG, Maristela Livia. **E assim entramos na roda!** Retratos do processo de formação e atuação das primeiras pastoras da IECLB. Rio de Janeiro: Metanoia, 2019.

como a experiência concreta de ministras ordenadas e ministros ordenados<sup>32</sup>. Os exemplos e as trajetórias apresentadas na primeira parte desse artigo revelam o caráter insidioso da ideologia cisheterossexual em grande parte das igrejas cristãs. Assim, ao se submeterem e serem aceitas por suas comunidades no processo de ordenação, essas pessoas, em certo sentido des/ordenam os seus significados e práticas e estabelecem uma outra zona de inteligibilidade. De todo modo, é possível perguntar-se até que ponto tais ordenações de fato desestabilizam a “ordem” estabelecida nos parâmetros cisheteronormativos ou reafirmam a sua validade por meio da já tão discutida ideia de assimilação<sup>33</sup>.

### Des/ordenação

Em um projeto que será publicado no formato de livro, Ana Ester Pádua Freire propõe “desmandar os dez mandamentos”<sup>34</sup>. Sem muita pretensão, a autora (também sujeito das “ordenações” apresentadas acima) propõe uma epistemologia seguindo os passos dos estudos e das teologias queer. Ao refletir sobre a questão bíblica na discussão sobre diversidade sexual e de gênero, ela chega aos Dez Mandamentos e afirma, já no texto de lançamento, o projeto: “Não há interesse algum em apresentar uma exegese do texto, de destrinchar o hebraico, de compreender o contexto. Pelo contrário, quero chegar diante da Bíblia com os recursos que me são mais caros – meu corpo, minha sexualidade e meu desejo”. E continua: “Como tema, os Dez Mandamentos. Por quê? Porque é preciso desmandar! É preciso desrespeitar as ordens, desviar, passar dos limites”<sup>35</sup>.

A ideia de “des/ordenar” proposta aqui para refletir sobre as “ordenações” de pessoas LGBTQIAP+ segue a mesma lógica. Ao romperem com a monotonia reprodutiva das ordenações realizadas no marco cisheteropatriarcal, elas desrespeitam as ordens estabelecidas e exigem que os ordenamentos sejam repensados. Ainda quando negadas – como algo incorreto, imoral, equivocado, sem sentido – elas carregam o potencial de suspender, ainda que temporariamente,

<sup>32</sup> Veja, por exemplo, FERNANDES, Ligiane Taiza Müller. **Mulheres e ordenação (na IECLB)** – Novos modelos e outras possibilidades na vivência cotidiana do ministério ordenado. 2010. 108 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2010.

<sup>33</sup> A pergunta pela assimilação está presente nos movimentos, estudos e teologias queer desde sempre. Segundo SPARGO, Tamsin. **Foucault and Queer Theory**. Cambridge: Icon Books, 1999: “Foi no contexto do ativismo relacionado com a questão da AIDS e da rejeição das estratégias assimilacionistas que ‘queer’ foi reconfigurado na sua forma corrente tanto na cultura pop quanto na teoria” (p. 36-37). E ainda: “Bissexualidade, transexualidade, sadomasoquismo e identificação transgênero todas contestaram o ideal inclusivo da política assimilacionista. A incompatibilidade pode ser parcialmente interpretada como respeitabilidade. Se você quer ser uma parte igual de um mundo heterossexual provando quão comum, quão exatamente-como-você (mas talvez um pouquinho mais sensível ou artístico) você é, simplesmente não vai dar para ostentar seus desejos e relações mais excessivas, transgressoras” (p. 31). (tradução própria).

<sup>34</sup> FREIRE, Ana Ester Pádua. **DeZmandamentos**. Rio de Janeiro: Metanoia (no prelo). O projeto original consistiu na publicação de artigos mensais na Revista Senso (revistasenso.com.br).

<sup>35</sup> FREIRE, Ana Ester Pádua. Dezmandamentos: LGBTI+ e Bíblia. **Revista Senso**, Belo Horizonte, 24 fev. 2021a. [n.p.]. Disponível em: <https://revistasenso.com.br/lgbti/dezmandamentos-lgbti-e-biblia/>. Acesso em: 19 out. 2022.

as compreensões assentadas sobre Igreja, sobre Ministério e sobre Ordenação. Traduzidas em “imagens”, elas ocupam o espaço público sendo noticiadas, comentadas e compartilhadas.

Paula Montero, Aramis Luis Silva e Lilian Sales refletem sobre “fazer religião em público” a partir da investigação de processos midiáticos que envolvem temas religiosos e políticos. Um dos casos analisados é justamente o da ordenação de Alexya Salvador e a sua figura pública como “reverenda trans”. Segundo elas e ele:

É por meio de inserções midiáticas como essa que Alexya deliberadamente participa de uma batalha simbólica na qual se disputa, antes mesmo da plausibilidade e legitimidade dos seus sentidos enunciados, a sua visibilidade, nesse caso, sua inclusão no espaço da fala pública. Sua participação nessas controvérsias implica tanto a deliberada enunciação de discursos tradicionalmente silenciados como a divulgação da igreja [a ICM] e dos seus discursos pastorais. Desse modo, em uma única operação de produção de visibilidade, a função religiosa e a função política se tornam termos convergentes.<sup>36</sup>

Segundo Judith Butler, “o público se forma sobre a condição de que certas imagens não apareçam na imprensa, de que certos nomes não sejam pronunciados, de que certas perdas não sejam consideradas perdas e de que a violência seja irreal e difusa”<sup>37</sup>. Assim, a ordenação de Alexya, bem como de outras pessoas LGBTQIAP+, e sua divulgação, inserem essas trajetórias no espaço público e provocam ruídos – ou des/ordenam – os “esquemas normativos de inteligibilidade”<sup>38</sup>. Ou, como sugerem Paula Montero, Aramis Luis Silva e Lilian Sales: “por meio desses dispositivos performáticos, a comunicação religiosa é capaz de projetar códigos morais a um grande leque de problemas públicos sem exigir, necessariamente, obediência a restrições dogmáticas”, o que “possibilita expandir a *experiência religiosa* para além da afiliação, potencializando sua capacidade de influência e/ou afetação negativa diante dos mais diversos públicos.”<sup>39</sup> Em outro texto, Olívia Alves Barbosa, Renata Nagamine e Aramis Luis Silva afirmam:

Explicitamos isso para chamar a atenção para duas dimensões do fenômeno, ambas associadas à ideia da produção e circulação de cenas icônicas. A primeira é como o ritual de ordenação de Alexya pode ser lido como uma escrita dramatúrgica na qual os direitos humanos se transmutam em enredo para dar inteligibilidade a trajetórias de novos personagens públicos: no caso em análise, a ‘pastora trans’. O segundo plano diz respeito à circulação das imagens do culto por meio de mídias eletrônicas. A reprodução do rito por dispositivos de comunicação digital possibilitou

<sup>36</sup> MONTERO; SILVA; SALES, 2018, p. 146.

<sup>37</sup> BUTLER, 2009, p. 65.

<sup>38</sup> Em FREIRE, Ana Ester Pádua. Ubuntu – O dia em que um terreiro me abraçou. **Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil**, Brasília, 7 set. 2022. [n.p.]. Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/conic/noticias/ubuntu-o-dia-em-que-um-terreiro-me-abracou>. Acesso em: 20 out. 2022. A autora reflete sobre a dificuldade de encontrar um espaço para a realização da cerimônia de sua ordenação.

<sup>39</sup> MONTERO; SILVA; SALES, 2018, p. 158.



não apenas a escrita deste texto, como também os detalhes da cena aqui descrita (Benjamin, 1987).<sup>40</sup>

Em uma reflexão sobre o recebimento do título de Doutora e a sua ordenação como clériga, Ana Ester Pádua Freire afirma que: “Durante meu processo para ordenação, diversas vezes quis desistir, afinal, eu não podia compactuar justamente com o sistema que historicamente definiu as mulheres como cidadãos de segunda categoria”<sup>41</sup>. Ainda assim, como narrado acima, ela seguiu com o processo, foi “ordenada” e reflete sobre esse processo da seguinte forma:

Mesmo diante da percepção de minha impotência nesse sistema, é impossível negar: o título me abriu portas, e me seduziu (confesso!). Ainda que muitas vezes não atrelado ao doutoramento, ser clériga me deu oportunidades, visibilidade, reconhecimento de tal maneira que, para manter o título e me sentir de alguma maneira íntegra ao que sou, foi preciso **queerizar** (tornar queer, transgredir) o reverenda adjetivando-o com um discreto ‘sapatão’.<sup>42</sup> (grifo original).

Dessa forma, tais fatos e narrativas se inserem naquilo que Marcella Althaus-Reid chamou de “táticas de ocupação temporária; práticas disruptivas que não necessariamente devem ser repetidas, e reflexões que almejam ser desconcertantes”<sup>43</sup>. Sua função, nesse caso, não é “normalizar” estruturas injustas e violentas alargando um pouco mais a sua compreensão, mas colocar em permanente tensão a própria ideia de “ordenação” e, mais do que isso, todas as estruturas e práticas que “ordenam” a vida em sociedade.

**A discussão sobre diversidade sexual e de gênero no âmbito religioso tem o potencial de transformar radicalmente a vida de nossas comunidades e instituições**, pois a maioria de nós, seja qual for nossa orientação sexual e/ou identidade ou expressão de gênero, vive relações e está sob estruturas que nos violentam e produzem injustiça. As violências praticadas contra as mulheres, inclusive nos espaços religiosos, por exemplo, são uma expressão mais do que evidente de que há algo de muito errado nas formas como temos vivido e organizado nossas relações. A nossa luta por relações e formas de organização dialógicas, horizontais, participativas e democráticas também deve ser uma luta pela transformação das estruturas teológicas, políticas e pastorais em nossas igrejas e religiões. Ser um espaço seguro e de acolhida não é uma concessão que as igrejas fazem ou devem fazer em relação a alguns grupos, mas um modo de ser que explicita o fato de que somos afetiva e eroticamente interdependentes, em relação a nós mesmas e nós mesmos e em relação a todo mundo habitado.<sup>44</sup> (grifos originais).

<sup>40</sup> BARBOSA; NAGAMINE; SILVA, 2021, p. 10.

<sup>41</sup> FREIRE, Ana Ester Pádua. “Reverenda Doutora”: a capa da visibilidade. **Revista Senso**, Belo Horizonte, 21 dez. 2021b. [n.p.]. Disponível em: <https://revistasenso.com.br/coluna/reverenda-doutora-a-capa-da-visibility/>. Acesso em: 19 out. 2022.

<sup>42</sup> FREIRE, 2021b, [n.p.].

<sup>43</sup> ALTHAUS-REID, Marcella. **Deus Queer**. Trad. Fábio Martelozzo Mendes. Rio de Janeiro: Metanoia; Novos Diálogos, 2019. p. 25.

<sup>44</sup> MUSSKOPF, 2022b, [n.p.].

## Considerações finais

A questão da ordenação ao Ministério foi sempre um assunto para as mulheres e teólogas feministas. Segundo Elisabeth Schüssler Fiorenza:

A história do movimento de emancipação das mulheres indica que a igualdade dos sexos não deve ser alcançada nem por meio da conformidade das mulheres às estruturas patriarcais autoritárias, nem por meio da incorporação delas ao grau mais baixo da hierarquia. A igualdade só pode ser alcançada em e através de uma mudança e transformação da forma constantiniana da Igreja.<sup>45</sup>

Também as pessoas LGBTQIAP+ se inserem nessa discussão, por um lado problematizando as estruturas que às excluem da ordenação na maioria das igrejas cristãs e reivindicando seu direito de acesso e, por outro, construindo alternativas tanto dentro das igrejas quanto fora delas ou criando suas próprias (como é o caso das Igrejas da Comunidade Metropolitana)<sup>46</sup>. Os exemplos de ordenações apresentados nesse artigo rompem a barreira dos “ministérios ordenáveis” e provocam uma “des/ordenação”. A Igreja já não é mais a mesma, e a entrada desses sujeitos no espaço público deslegitima, inclusive, os fundamentalismos religiosos tão atuantes na política em nossos tempos. Que o mundo saiba que há pastoras trans e sapatão e pastores gays e que outra religião é possível.

## Referências

ALTHAUS-REID, Marcella. **Deus Queer**. Trad. Fábio Martelozzo Mendes. Rio de Janeiro: Metanoia; Novos Diálogos, 2019.

BARBOSA, Olívia Alves; NAGAMINE, Renata; SILVA, Aramis Luis. Uma trajetória imagética: a construção de uma Pastora Trans. **Ponto Urbe**, [Online], n. 29, 27 dez. 2021.

BRANDALISE, Camila. 1ª reverenda trans da América Latina: “Ameaças de morte me rondam 24 horas”. **Universa UOL**, 24 jan. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/01/24/1-reverenda-trans-da-america-latina-ameacas-de-morte-me-rondam-24-horas.htm>. Acesso em: 20 out. 2022.

BUTLER, Judith. **Vida precária** – El poder del duelo y la violencia. Trad. Fermín Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2009.

CAMARGOS, Daniel. Confira a entrevista com o fundador da Fraternidade Kayman, no Bairro Ipiranga. **Estado de Minas Gerais**, 28 jun. 2015. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/06/28/interna\\_gerais,662640/confira-a-entrevista-com-o-fundador-da-fraternidade-kayman-no-bairro.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/06/28/interna_gerais,662640/confira-a-entrevista-com-o-fundador-da-fraternidade-kayman-no-bairro.shtml). Acesso em: 20 out. 2022.

<sup>45</sup> FIORENZA, Elisabeth Schüssler. **Discipulado de iguais**. Trad. Yolanda Steidel Toledo. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 41.

<sup>46</sup> Ver, por exemplo, COUNTRYMAN, William L; RITLEY, M. R. **Gifted by otherness** – Gay and lesbian Christians in the Church. Harrisburg: Morehouse, 2001.

- COUNTRYMAN, William L; RITLEY, M. R. **Gifted by otherness** – Gay and lesbian Christians in the Church. Harrisburg: Morehouse, 2001.
- CROATTO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa**. São Paulo: Paulinas, 2010.
- DEIFELT, Wanda. Mulheres pregadoras: uma tradição da Igreja. **Theophilos: Revista de Teologia e Filosofia**, Canoas, v. 1, n. 2, p. 353-372, 2001.
- FÉLIX, Franklin. Pastora trans no altar não é pecado. É divindade e sopro de fé. Portal Geledés, 23 jan. 2020. [Foto de Wanezza Soares]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pastora-trans-no-altar-nao-e-pecado-e-divindade-e-sopro-de-fe/>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- FERNANDES, Ligiane Taiza Müller. **Mulheres e ordenação (na IECLB)** – Novos modelos e outras possibilidades na vivência cotidiana do ministério ordenado. 2010. 108 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2010.
- FIORINZA, Elisabeth Schüssler. **Discipulado de iguais**. Trad. Yolanda Steidel Toledo. Petrópolis: Vozes, 1995.
- FREIBERG, Maristela Lívia. **E assim entramos na roda!** Retratos do processo de formação e atuação das primeiras pastoras da IECLB. Rio de Janeiro: Metanoia, 2019.
- FREIRE, Ana Ester Pádua. **Armários queimados** – igreja afirmativa das diferenças e subversão da precariedade. 2019. 298 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- FREIRE, Ana Ester Pádua. Ana Ester: uma reverenda lésbica defende a religiosidade aberta às sexualidades. **Youtube**, 5 jul. 2020. Publicado pelo canal TV 247, 1 vídeo (1h17min35s). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=IN\\_LOZHbLqs](https://www.youtube.com/watch?v=IN_LOZHbLqs). Acesso em: 18 out. 2022.
- FREIRE, Ana Ester Pádua. Dezmandamentos: LGBTI+ e Bíblia. **Revista Senso**, Belo Horizonte, 24 fev. 2021a. Disponível em: <https://revistasenso.com.br/lgbti/dezmandamentos-lgbti-e-biblia/>. Acesso em: 19 out. 2022.
- FREIRE, Ana Ester Pádua. “Reverenda Doutora”: a capa da visibilidade. **Revista Senso**, Belo Horizonte, 21 dez. 2021b. Disponível em: <https://revistasenso.com.br/coluna/reverenda-doutora-a-capa-da-visibilidade/>. Acesso em: 19 out. 2022.
- FREIRE, Ana Ester Pádua. Ubuntu – O dia em que um terreiro me abraçou. **Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil**, Brasília, 7 set. 2022. Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/conic/noticias/ubuntu-o-dia-em-que-um-terreiro-me-abracou>. Acesso em: 20 out. 2022. A autora reflete sobre a dificuldade de encontrar um espaço para a realização da cerimônia de sua ordenação.
- FREIRE, Ana Ester Pádua. **DeZmandamentos**. Rio de Janeiro: Metanoia (no prelo).
- GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem**. Trad. Bras. Mariano Ferreira. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. Ministério Eclesiástico e Homossexualidade – 2001. Posicionamento do Conselho da Igreja. **Portal Luteranos**, Porto

Alegre, 11 ago. 2001. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/textos/ministerio-ecclesiastico-e-homossexualidade-2001>. Acesso em: 19 out. 2022.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. Regulamento do Ingresso no Ministério com Ordenação da IECLB. **Portal Luteranos**, ©2022. Disponível em: [https://www.luteranos.com.br/conteudo\\_organizacao/governanca-suporte-normativo/regulamento-do-ingresso-no-ministerio-com-ordenacao-da-ieclb](https://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/governanca-suporte-normativo/regulamento-do-ingresso-no-ministerio-com-ordenacao-da-ieclb). Acesso em: 20 out. 2022.

MONTERO, Paula; SILVA, Aramis Luis; SALES, Lilian. Fazer religião em público: encenações religiosas e influência pública. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 24, n. 52, p. 131-164, set./dez. 2018.

MUSSKOPF, André S. **Talar rosa** – Homossexuais e o Ministério na Igreja. São Leopoldo: Oikos, 2005a.

MUSSKOPF, André S. Ministério e ordenação: implicações éticas do “Posicionamento do Conselho da Igreja referente ao ministério eclesiástico e homossexualidade” da IECLB. In: WACHHOLZ, Wilhelm (coord.). **Identidade evangélico-luterana e ética**. São Leopoldo: EST, 2005b. p. 192-203.

MUSSKOPF, André S. **Via(da)gens teológicas** – Itinerários para uma teologia queer no Brasil. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

MUSSKOPF, André S. **Há vida depois da igreja** – Memórias indecentes de um (quase) pastor. Belo Horizonte: Editora Senso, 2022a.

MUSSKOPF, André S. As diferenças denominacionais não devem nos separar. Entrevista com o pastor André Musskopf. **Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil**, Brasília, 12 jul. 2022b. Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/conic/noticias/as-diferencas-denominacionais-nao-devem-nos-separar-entrevista-com-o-pastor-andre-musskopf>. Acesso em: 20 out. 2022.

SCHUCHARDT, Ketlin Lais. **“Em comunhão com as vidas das mulheres”**: Histórias, gênero e teologias. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação, Faculdades EST, São Leopoldo, 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SENGER, Daniela. **Conflito de direitos**: o discurso religioso e o projeto de lei da Câmara nº 122 de 2006 – perspectivas teológicas para o diálogo e ação pública na luta pela criminalização da homofobia. 2014. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2014.

SPARGO, Tamsin. **Foucault and Queer Theory**. Cambridge: Icon Books, 1999.

WOLFART, Graziela. Cristão e homossexual? Um desafio. **IHU On-Line**, Edição 253, 7 abr. 2008. Entrevista com André Musskopf. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/1680-andre-musskopf-4>. Acesso em: 20 out. 2022.

Recebido em: 20 out. 2022.

Aceito em: 23 nov. 2022.